

festival
ODS

Mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal



ÍNDICE

Expediente	3
Como criar políticas de desenvolvimento econômico local mais modernas?	4
Delineando a questão	5
Onde estamos e aonde queremos chegar?	9
Boas práticas nacionais e internacionais	12
O que é um SolutionLab?	16
Desafios e Gargalos	18
a. Desigualdades	18
b. Governança	19
c. Capacidade técnica	20
d. Sustentabilidade	21
e. Recursos financeiros e elementos aceleradores	22
f. Políticas e programas, redes e agendas internacionais	23
g. Momento	24
Oportunidades e Propostas	25
Soluções	25
Referências Bibliográficas	27



Coordenação Técnica

Natália Lima de Araújo
Sergio Andrade

Autor

Paulo Cesar de Abreu Paiva Junior

Colaboraram para esta publicação

Ana Mendonça
Nathalia Biagi
Natália Griguol
Carolina Guimarães

Design e Diagramação

IAHCITA
Comunicação Socioambiental

Realização:



**PREFEITURA
DE NITERÓI**

Patrocínio:



**Fundação Grupo
Volkswagen**

Apoio:



Apoio de Mídia:



FOLHA DE S. PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL



***Como criar políticas
de desenvolvimento
econômico local
mais modernas?***

DELINEANDO A QUESTÃO

“A taxa de desemprego no Brasil foi de 7,9% no trimestre encerrado em março [de 2024], segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (...) Com os resultados, o número absoluto de desocupados cresceu 6,7% contra o trimestre anterior, atingindo 8,6 milhões de pessoas...”
(MARTINS, 2024)

“Depois do trabalho análogo ao de escravo e do trabalho infantil, a informalidade apresenta-se como a chaga social mais nefasta para o mundo do trabalho, capaz de permear seus efeitos deletérios em toda a sociedade.(...) é fato que os números atuais ainda geram um incômodo social catalisador de políticas públicas tendentes a combater a informalidade no mercado de trabalho no país...” (MTE, 2021).

O mercado de trabalho, o empreendedorismo e o trabalho informal são conceitos intrinsecamente interligados, quando refletimos acerca das nuances da dinâmica econômica e social global. Ademais, em contextos em que as oportunidades de emprego formal são escassas ou o desemprego é elevado, o empreendedorismo emerge como uma alternativa viável e defendida por muitas pessoas. Incentivados pela ideia de acesso à renda e autonomia, muitos indivíduos optam por iniciar seus próprios negócios como uma maneira de criar trabalho e renda, especialmente no setor informal da economia. A estrutura do mercado de trabalho também reproduz a inserção em forma desigual e mais precária para os grupos mais vulneráveis (OIT a, 2018).

Outra característica marcante é a integração entre o trabalho informal e formal. Muitos trabalhadores alternam entre empregos informais e formais ao longo de suas carreiras, adaptando-se às flutuações do mercado de trabalho. Por exemplo, indivíduos podem começar como trabalhadores informais e, eventualmente, encontrar emprego em empresas formais à medida que adquirem habilidades e experiência. Alternar entre empregos pode, porém, ter diversos impactos na saúde dos trabalhadores. A incerteza associada à transição entre esses tipos de emprego pode gerar estresse e ansiedade, impactando negativamente seu bem-estar psicológico. Além disso, a falta de estabilidade no emprego pode resultar em insegurança financeira, prejudicando ainda a saúde física e emocional das pessoas e suas famílias.

É verdade que precisamos entender melhor o setor informal como um componente crucial em muitos países, especialmente nas economias em desenvolvimento. Seus impactos abrangem várias áreas: não só é fonte significativa de emprego e subsistência, especialmente para aqueles que enfrentam dificuldades para encontrar oportunidades de trabalho formal, como permite que os trabalhadores ajustem suas atividades de acordo com as demandas do mercado, possibilitando uma resposta ágil às mudanças econômicas. Trata-se da realidade e alternativa presente para muitas pessoas que enfrentam um mercado de trabalho exigente.

O setor informal contribui de maneira significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países, gerando transações econômicas que impulsionam a atividade econômica geral. Estimativas apontam que o mercado informal é equivalente a 37% do PIB (Produto Interno Bruto) oficial brasileiro. Ou seja, a riqueza nacional em circulação é cerca de 37% maior do que a registrada pela contabilidade nacional (LUDOVIQUE et al., 2022).

Além de fornecer emprego, o setor informal desempenha um papel de transição de oportunidades para grupos vulneráveis que podem ter acesso limitado ao emprego formal. Porém, a marca que mais acompanha a fatia da sociedade que opera informalmente é a da marginalização econômica: a falta de proteção social e trabalhista é o ambiente onde as relações econômicas informais ocorrem, além das diversas dificuldades no acesso a serviços financeiros e outros benefícios que representam o cotidiano das pessoas nesta situação. O trabalho informal está frequentemente associado a condições precárias, como longas horas de trabalho, baixos salários e falta de proteção trabalhista, expondo os trabalhadores a riscos ocupacionais.

Em tempos de transformação digital, com cada vez mais avanços tecnológicos e novas ferramentas de trabalho, uma questão que integra o trabalho em condições precárias e as novas tecnologias é a chamada uberização. A uberização do trabalho pode ser definida como um novo modelo, que, na teoria, se coloca como mais flexível, no qual o profissional presta serviços conforme a demanda (ANTUNES, 2020). “Ele próprio faz o seu horário e pode trabalhar até 12 horas por dia, sem nenhuma regalia. Esse modelo é defendido por algumas empresas, especialmente as de tecnologia...” (BORTOLON, 2023).

A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho. A terceirização, a informalidade e a flexibilidade se tornaram, então, partes inseparáveis do léxico e da pragmática da empresa corporativa global. E, com elas, a intermitência vem se tornando um dos elementos mais corrosivos da proteção do trabalho, que foi resultado de lutas históricas e seculares da classe trabalhadora em tantas partes do mundo... (ANTUNES, 2020).

Apesar de o termo ter sido “emprestado” de uma das plataformas mais famosas, a uberização do trabalho não se restringe apenas aos motoristas de aplicativos. Os prestadores dos serviços intermediados pelas plataformas são, majoritariamente, terceirizados. As plataformas permitem, facilmente, que qualquer prestador de serviço, com requisitos mínimos, entre neste mercado... (BORTOLON, 2023).



Ainda que a alternância entre empregos informais (resultantes ou não destas novas tecnologias de integração de plataformas) e formais possa oferecer alguma flexibilidade e autonomia aos trabalhadores, permitindo-lhes adaptar-se às necessidades individuais e às flutuações do mercado de trabalho, é essencial implementar políticas que promovam a estabilidade no emprego, ofereçam proteção social abrangente e melhorem o acesso a serviços de saúde para garantir o bem-estar dos trabalhadores em todas as formas de emprego. As medidas para fortalecer os direitos trabalhistas, expandir o acesso a benefícios sociais e criar condições de trabalho seguras e saudáveis para todos os trabalhadores, independentemente do tipo de emprego que tenham, também devem ser sensíveis às novas realidades do trabalho.

Essa relação complexa entre mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal apresenta desafios e oportunidades para as políticas públicas. Estratégias que promovam o empreendedorismo e o crescimento do setor formal podem contribuir para reduzir a dependência do trabalho informal e melhorar as condições de trabalho para os trabalhadores informais. Ao mesmo tempo, políticas que reconheçam a importância do trabalho informal na economia e ofereçam suporte aos trabalhadores informais podem ajudar a garantir uma transição mais suave para o emprego formal.

Para criar políticas de desenvolvimento econômico local mais modernas que abordem o mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal, é necessário adotar uma abordagem integrada que reconheça a interconexão desses elementos.



Algumas diretrizes para elaborar essas políticas podem ser:

Fomentar o empreendedorismo formal

criação de programas e incentivos para o empreendedorismo formal, facilitando o registro de empresas, fornecendo acesso a financiamento e oferecendo suporte técnico e consultoria para startups e pequenas empresas, ajudando a formalizar incrementalmente as condições informais de trabalho, proporcionando mais segurança e oportunidades de crescimento para os empreendedores locais;

Promover a inclusão digital e financeira

implementar programas para aumentar o acesso à tecnologia digital e aos serviços financeiros nas comunidades locais, incluir a expansão do acesso à Internet (VAHDAT et al., 2024), a disponibilização de serviços bancários móveis e a oferta de treinamento em alfabetização digital e financeira. Estas ações potencializam e capacitam os trabalhadores informais e os empreendedores no processo de aproveitamento das oportunidades oferecidas pela economia digital;

Estimular o desenvolvimento de habilidades relevantes

implementar outros tipos de programas de capacitação e educação que visem desenvolver habilidades relevantes para o mercado de trabalho moderno (OIT a, 2018), incluindo habilidades técnicas, empreendedoras e socioemocionais, envolvendo parcerias com empresas locais para garantir que os programas educacionais atendam às necessidades do mercado de trabalho é mais uma solução possível;

Facilitar a transição para o emprego formal

a criação de políticas e programas que facilitem a transição dos trabalhadores informais para o emprego formal pode justamente incluir incentivos para que empresas formais contratem trabalhadores informais, bem como programas de capacitação e reciclagem para ajudar os trabalhadores a adquirirem as habilidades necessárias para os empregos formais (OLIVEIRA et al., 2024);

Desenvolver clusters de empreendedorismo

Identificar setores ou indústrias com potencial de crescimento e desenvolver clusters de empreendedorismo ao seu redor, envolvendo a criação de ecossistemas de inovação que reúnam empreendedores, investidores, instituições de pesquisa e governo para impulsionar a inovação, a colaboração e o crescimento econômico local;

Monitorar resultados e avaliar o impacto das políticas


Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação para acompanhar o resultado das políticas de desenvolvimento econômico local é essencial. O monitoramento e avaliação de resultados - quando gerido em conjunto com a sociedade - também é um canal democrático de gestão, que aprecia a eficácia das políticas, gerando aprendizados e promovendo ajustes conforme necessário. Por intermédio do monitoramento e da avaliação com foco em resultados, maximizam-se os efeitos positivos na atenção voltada para garantia de direitos e acesso à renda. A avaliação de impacto pode, em adição, oferecer insumos para compreender (no longo prazo) quais políticas são mais ou menos efetivas.

Ao adotar diretrizes semelhantes para criar políticas de desenvolvimento econômico local que abordem o mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal de forma integrada, os territórios podem aproveitar melhor seu potencial econômico e promover crescimento sustentável e inclusivo.

ONDE ESTAMOS E ONDE QUEREMOS CHEGAR?

O estado atual do mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal no Brasil reflete uma realidade complexa e desafiadora. O mercado de trabalho brasileiro enfrenta diversos obstáculos, incluindo altas taxas de desemprego, subemprego e informalidade. A pandemia da COVID-19 agravou ainda mais essa situação, resultando em uma crise econômica que impactou milhões de trabalhadores em todo o país e ecoa até os dias de hoje. Além disso, as mudanças nas formas de produção vêm trazendo transformações significativas nas relações de trabalho no mundo todo, mas principalmente em países de renda média e baixa que, no geral, possuem políticas de proteção social menos estruturadas.

Do ponto de vista do mercado de trabalho em tecnologia no Brasil, a produção de aparelhos eletrônicos vem promovendo um crescimento significativo da população empregada na fabricação de computadores, celulares, tablets etc. (OIT a, 2018). O trabalho de confecção também vem sendo impactado pela reestruturação produtiva e globalização, com a conformação de cadeias produtivas com estruturas semelhantes às do setor eletrônico. Ele apresenta, todavia, particularidades, como a nova forma de produção conhecida como fast fashion, que consiste na produção assentada na agilidade e flexibilidade de resposta e volume variável de produção (OIT a, 2018). Também os empregos do setor de serviços relacionados com as tecnologias da informação e comunicação (TICs) têm sido afetados pelas decisões das empresas em terceirizar e deslocalizar para o exterior tarefas consideradas acessórias (OIT a, 2018).



As características do trabalho desenvolvido nesses setores não podem ser entendidas sem se considerar a (re)configuração das cadeias globais de valor. Baseadas numa nova divisão internacional do trabalho, que restringe a concepção aos países mais desenvolvidos e reúne a manufatura ou oferta de serviços de baixa qualidade nos menos industrializados, elas concentram nesses últimos o trabalho manual, repetitivo, destituído de conteúdo, mal pago e exercido em penosas condições de trabalho. Nesse quadro, a tradicional divisão capitalista do trabalho entre a concepção e a execução não mais se dá prioritariamente no interior das empresas, mas entre empresas situadas em diferentes países e que concorrem para a produção de um mesmo produto, num processo que se torna cada vez mais global (LEITE, 2024).

Em termos de mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal queremos chegar em uma sociedade que equilibre oportunidades de emprego digno, incentive o empreendedorismo sustentável e reduza a dependência do trabalho informal.

Queremos alcançar um mercado de trabalho inclusivo, onde todas as pessoas tenham acesso a oportunidades de emprego digno, justamente remunerado e com condições de trabalho adequadas.

A implementação de políticas públicas criativas que combatam as condições precárias de trabalho, garantam direitos trabalhistas básicos e promovam a igualdade de oportunidades para todos, independentemente de gênero, raça, idade ou origem socioeconômica, é essencial para alcançar este intento.

Além das condições de trabalho precárias, o desemprego no Brasil é outra questão deletéria, tendo atingido níveis preocupantes nos últimos anos, com taxas persistentemente altas. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, a taxa de desemprego no país foi de 7,9% no trimestre encerrado em março de 2024, com alta de 0,5% na comparação com o trimestre anterior, encerrado em dezembro de 2023 (LUCENA, 2024). Além disso, uma parcela significativa da população está subutilizada, trabalhando em empregos precários e com baixa remuneração. Isso gera instabilidade financeira e insegurança no emprego para muitos brasileiros, afetando seu bem-estar econômico e emocional.

O empreendedorismo no Brasil tem sido uma resposta para muitos indivíduos diante da falta de oportunidades no mercado de trabalho formal. No entanto, os desafios enfrentados pelos empreendedores são significativos, incluindo dificuldades de acesso a financiamento, burocracia excessiva, falta de capacitação e alta taxa de mortalidade de empresas. Esses obstáculos dificultam a criação e a sustentabilidade de novos negócios, limitando o potencial de crescimento econômico e geração de empregos. A crise gerada pela pandemia levou as pessoas a empreenderem por necessidade e o Brasil foi o país onde a pandemia teve o maior papel em impulsionar o empreendedorismo (BATISTA et al., 2024). Segundo relatório da Global Entrepreneurship Monitor, GEM, principal pesquisa sobre empreendedorismo no mundo, o Brasil teve uma maior variação da taxa de empreendedorismo - indicador que apresenta o percentual da população adulta ocupada como empreendedora - em relação a outras economias, passando de 30% (em 2019) para notáveis 53% (em 2020) (GEM, 2019).

O trabalho informal é uma realidade para uma parcela significativa da força de trabalho brasileira. Muitos trabalhadores informais atuam em setores como comércio ambulante, serviços domésticos, construção civil e transporte não regulamentado. Embora o trabalho informal ofereça uma fonte de renda para muitos brasileiros, ele está - como já salientamos - frequentemente associado a condições precárias de trabalho, falta de proteção social e ausência de benefícios trabalhistas, como seguro saúde e aposentadoria. A informalidade está entre as características mais proeminentes na análise histórica do mercado de trabalho, uma vez que delata especificidades do desenvolvimento do capitalismo em países “periféricos” (OLIVEIRA et al., 2024). Enquanto 25% do emprego em países europeus é considerado informal, na América Latina esse percentual é de 40%, 68% nos Estados Árabes e na Ásia e 85,8% em países africanos (OIT, 2018). No Brasil, na década de 1980, o setor informal ocupava 28% dos postos de trabalho; na década de 1990, alcançou 38%; entre 2000 e 2019 manteve o patamar médio em torno de 40%, alinhado à média dos países na região (OLIVEIRA et al., 2024).

Queremos chegar em uma sociedade que incentive o empreendedorismo como uma forma legítima e viável de criação de emprego e geração de riqueza. Para tal, o fornecimento de suporte financeiro, mentoria, capacitação e acesso a recursos para empreendedores de todos os segmentos da sociedade é imprescindível. Além disso, políticas públicas devem promover um ambiente regulatório favorável, facilitando a criação e o crescimento de novos negócios.

Embora o trabalho informal possa oferecer uma fonte de renda para muitas pessoas, muitas vezes está associado a condições precárias de trabalho, falta de proteção social e vulnerabilidade econômica. Queremos chegar em uma condição em que a dependência do trabalho informal seja profundamente reduzida, por meio do oferecimento de alternativas de fortalecimento do mercado de trabalho formal, com incentivos, direitos trabalhistas e apoio financeiro e técnico para a transição informal-formal.

Queremos também chegar em uma sociedade que racionalize seus investimentos em programas de capacitação e educação ao longo da vida (lifelong learning) (OIT b, 2019), para garantir que os trabalhadores estejam equipados com as habilidades e conhecimentos necessários para se adaptarem às mudanças no mercado de trabalho e aproveitarem as oportunidades oferecidas pela economia moderna, além da garantia da proteção social abrangente, fornecendo redes de segurança social e proteção contra o desemprego, doenças, acidentes de trabalho e outros riscos socioeconômicos.

Queremos fomentar ambientes promotores de mercados de trabalho e de empreendedorismo econômico e socialmente inclusivos, onde os cidadãos tenham oportunidades de realização profissional, crescimento econômico e segurança social. Governos, setor privado e sociedade civil devem se unir de forma criativa para implementar políticas e programas que abordem as necessidades e desafios específicos de cada segmento da população nestes ambientes.

BOAS PRÁTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A seguir, trazemos alguns exemplos de integração entre mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal ao redor do mundo e no Brasil:

Programa de Startups em Portugal

O programa foca no desenvolvimento do ecossistema de startups em Portugal, criando oportunidades de emprego em setores inovadores. Incentiva a criação e o crescimento desta modalidade de negócios, fornecendo apoio financeiro, capacitação e acesso a redes de mentoria e investimento. Muitas startups começam de maneira informal antes de se regularizarem, oferecendo oportunidades de empreendedorismo para indivíduos que podem não se encaixar no mercado de trabalho tradicional.

O Programa de Aceleração de startups é um modelo de apoio ao lançamento e crescimento de novos empreendimentos em Portugal, e tem como objetivo ajudar novos empresários a levar adiante as suas ideias, tecnologias ou produtos até o mercado. O fenômeno “acelerador” recebeu recentemente bastante notoriedade nos EUA. Tal como no resto do mundo, Portugal já conta com mais de uma dezena de aceleradoras espalhadas por todo o país. São, ao todo, 120 incubadoras, aceleradoras, fablabs e coworks (TEIXEIRA, 2016; RNI, 2024).

Embora alguns dos programas de aceleração em Portugal ainda estejam em sua “fase de arranque”, as alterações dos programas entre suas edições são muito acentuadas e sempre aprimoram as lógicas de fomento ao empreendedorismo. Esta evolução contínua leva a um melhoramento das práticas e pode levar a distintos modelos de aceleração no futuro.

A Rede Nacional de Incubadoras - RNI, aliada tecnológica da Microsoft e parceira estratégica do próprio governo português nesta iniciativa, pretende dar às incubadoras e aceleradoras um papel central no ecossistema de empreendedorismo. Através da cooperação e partilha de recursos físicos e de know-how, a rede dá suporte a empreendedores, com o objetivo de aumentar a taxa de sucesso dos negócios incubados identificando, mapeando e interligando as incubadoras e aceleradoras existentes no país, criadas por iniciativa de universidades, polos científicos e tecnológicos, autarquias, empresas privadas ou entidades estrangeiras (RNI, 2024).

Fonte: TEIXEIRA (2016); RNI (2024).

Sistema de Parceria de Emprego - Canadá

O Sistema de Parceria de Emprego no Canadá facilita a integração de trabalhadores desempregados ou subutilizados ao mercado de trabalho por meio de parcerias com empregadores. A ação também oferece apoio e recursos para indivíduos interessados em iniciar seus próprios negócios, incluindo treinamento, mentoria e acesso a financiamento. Cumpre informar que a ação também ajuda a formalizar negócios independentes, incentivando a criação de empresas e proporcionando suporte para que empreendedores operem dentro das leis nacionais.

No Canadá - como no Brasil - os trabalhadores possuem uma série de direitos trabalhistas garantidos. Esses direitos incluem férias remuneradas, salário justo, igualdade salarial, períodos de descanso, entre outros. A jornada de trabalho no Canadá é de até oito horas por dia e quarenta horas por semana. Ademais, todo funcionário tem direito a uma pausa de, pelo menos, 30 minutos a cada período de cinco horas consecutivas de trabalho (CORTES, 2023).

No Canadá, não há uma lei que exija o pagamento de um décimo terceiro salário ou bônus de Natal, como ocorre em alguns outros países. O pagamento do décimo terceiro salário é mais comum em setores específicos ou em algumas empresas como uma prática de reconhecimento ou incentivo. No entanto, essa prática não é obrigatória por lei e varia de acordo com a política da empresa... (CORTES, 2023).

O governo canadense exerce um controle bastante rigoroso sobre o seu mercado de trabalho, e nem poderia ser diferente, já que recebe mais de 700 mil imigrantes por ano (KUHLMAN, 2022). Para realizar políticas regulatórias, o país faz uso de algumas estratégias que englobam:

- (i)** Relações entre as empresas e instituições de ensino locais, que fornecem estagiários sob demanda;
- (ii)** Avaliações do impacto da entrada de estrangeiros sobre o mercado de trabalho local (LMIA);
- (iii)** Criação de programas de imigração para atração de recursos humanos para ocupações em demanda, tais como Global Talent Stream ou os Programas Provinciais... (KUHLMAN, 2022).

As empresas canadenses regularmente enviam relatórios para o governo informando os planos para aberturas de vagas, crescimento, aposentadoria de funcionários etc. Através das próprias declarações de imposto de renda dessas empresas e dos empregados, o governo obtém informações sobre médias salariais e dados demográficos.

Essas informações se tornaram poderosas ferramentas para que as autoridades possam projetar alvos de crescimento e criar planejamento para atração de mão-de-obra qualificada de forma a manter o suprimento das necessidades do mercado de trabalho local. Esse planejamento varia e tem intervalos que vão de dois a dez anos.

Fonte: CORTES (2023); KUHLMAN (2022).

Programa Empreendedor Individual - Brasil

O programa visa criar oportunidades de emprego para indivíduos que desejem iniciar pequenos negócios, em condições simplificadas para formalização, fornecendo registro, acesso a benefícios previdenciários e orientação técnica. O programa auxilia também na formalização na medida em que permite que trabalhadores independentes tenham acesso ao Cadastro Nacional e a direitos e benefícios.

A implementação da figura do Microempreendedor Individual - lei que completou 15 anos no Brasil - permitiu que milhões de brasileiros e brasileiras que faziam do empreendedorismo uma alternativa para a complementação de renda ou mesmo a sua principal ocupação pudessem se beneficiar de uma série de direitos que lhes eram vedados (LIMA, 2008):

- (i) Registro de um CNPJ;**
- (ii) Possibilidade de emitir nota fiscal;**
- (iii) Vender para o poder público;**
- (iv) Ter acesso a produtos e serviços bancários;**
- (v) Direitos e benefícios previdenciários.**

Embora a política do MEI para muitos seja motivo de crítica, tendo em vista que pode ser usada por empregadores para evitar encargos trabalhistas, por meio da substituição de contratos de trabalho com empregados por contratos de prestação de serviços com supostos empreendedores individuais (CORSEUIL, 2014), durante o processo de aprimoramento da política, impactos positivos sensíveis foram notados na decisão dos empreendedores individuais de contribuírem para a previdência.

Outro passo importante foi a regulação para que esses empreendedores possam contratar funcionários, como prevê a legislação atual. Essa única mudança tem contribuído para a redução do contingente de desempregados, que ainda representam um enorme desafio para a economia e a inclusão social no Brasil (LIMA, 2008).

Fonte: LIMA (2008); CORSEUIL (2014).

Programa Desenrola Brasil

O Desenrola Brasil foi o Programa de Renegociação de Créditos Inadimplidos, criado pelo Governo Federal, com o objetivo de recuperar as condições de crédito de devedores que possuíam dívidas negativadas.

O Programa Desenrola Brasil é um exemplo relevante de acesso à adimplência e suporte financeiro. Nele, devedores Pessoas Físicas com renda bruta mensal de até 2 salários-mínimos ou que estejam inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) têm a possibilidade de negociar suas dívidas com desconto. Também há a possibilidade de renegociação de dívidas que tenham sido negativadas de 2019 a 2022, e cujo valor atualizado seja inferior a R\$ 20 mil (DESENROLA, 2024).

Além de apresentar uma alternativa para o financiamento de dívidas, o Programa também apresenta módulos em vídeo que ensinam cidadãos interessados em técnicas de equilíbrio financeiro e ações domésticas de combate ao endividamento, com linguagem acessível (oferecendo planilhas de controle, guias de uso de cartão de crédito e cartilha sobre investimentos).

Você já sentiu na pele o peso de quando perdemos o controle das nossas contas. A melhor forma de não passar por isso de novo é começar a acompanhar seus gastos de perto. Para fazer isso, vale usar planilha, aplicativo ou até um caderninho, se você preferir. Teste todas essas ferramentas e descubra na prática qual funciona melhor para você. O mais importante aqui é criar o hábito de, pelo menos uma vez por semana, separar meia-hora do seu dia para dar uma olhada nos seus gastos do mês. Escolha um dia fixo para isso e anote sempre na sua agenda... (DESENROLA, 2024).

É importante salientar que o programa não financia dívidas de FIES, crédito rural, financiamento imobiliário, créditos com garantia real, operações com funding ou risco de terceiros.

Fonte: DESENROLA (2024).

Os exemplos acima mencionados demonstram como podemos integrar estes cenários para a promoção de crescimento econômico inclusivo e sustentável. Ao oferecer suporte financeiro, capacitação e incentivos para empreendedores e trabalhadores informais, esses programas ajudam na criação de oportunidades de emprego e de formalização de negócios.

O QUE É UM SOLUTIONLAB?

A Agenda Pública constrói soluções para desafios públicos locais (estados e municípios) que envolvem coordenação entre governo e setor privado em temas de desenvolvimento socioeconômico ou serviços públicos concessionados. Atuamos de forma criativa na mediação de interesses e na gestão de riscos para construir relações ganha-ganha que gerem valor público.

O SolutionLab simplifica e aprimora a governança, o ambiente de negócios e torna mais cooperativas e confiáveis as relações público-privadas e entre governo e sociedade, harmonizando entendimentos e criando estratégias de curto e médio prazo para superação de gargalos e definição de caminhos (*road maps*).

Os benefícios do lab envolvem criação de legitimidade (reconhecimento das posições das partes interessadas), soluções baseadas em evidências, flexibilidade (os encontros podem ser realizados *on-line*), ações de impacto rápido, mediação com especialistas, desenvolvimento de soluções, confidencialidade, viabilidade prática, gestão de riscos e monitoramento.

No caso de aplicação do Festival ODS, uma versão reduzida do lab (de apenas um período do dia) foi aplicada, acolhendo contribuições de diversos atores engajados nas causas e no debate proposto. Veja abaixo o *roadmap* da oficina, com resumo dos debates e infográfico.



Mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal

Pergunta para o debate

Como criar políticas de desenvolvimento econômico local mais modernas?

Roadmap da Oficina - ODS Lab

Unindo interessados(as) no debate, a oficina ODS Lab de Mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal também mobilizou atores engajados na discussão das evidências de cada dimensão do tema em destaque, bem como no levantamento de desafios com propostas de solução afuniladas em 5 (cinco) tópicos a serem debatidos no Festival ODS.

Os tópicos resultantes da oficina, em resumo, levaram em consideração as dimensões **(i) Capacidade Técnica; (ii) Desigualdade; (iii) Sustentabilidade e Governança (incluindo políticas, programas e redes); (iv) Recursos Financeiros e Instrumentos; (v) Momento**, e por fim, **(vi) Soluções**, incluindo os tópicos desenhados pelo Lab para o encontro no âmbito do Festival ODS.



DESAFIOS E GARGALOS

a. Desigualdades

Dentre as desigualdades relatadas e debatidas, primeiramente, **a falta de oportunidades oferecida pelas empresas, muitas vezes alinhadas apenas ao contexto de determinados grupos, perpetua disparidades.** A interseccionalidade, ao considerar múltiplos marcadores sociais (como gênero, raça e classe), revela como essas desigualdades se entrelaçam.

Além disso, ignorar os beneficiados das intervenções no momento do desenho de políticas resulta em lacunas e exclusões. A elitização do mercado de trabalho, ao favorecer determinados perfis socioeconômicos, por exemplo, amplia ainda mais o abismo entre os trabalhadores. A distância entre a base e as tomadas de decisão também contribui para a perpetuação dessas desigualdades.

Neste ambiente, compreender o conceito de “privado” em relação às desigualdades é crucial: em termos de sociedade não somos um só (um só contexto), mas um todo complexo - uma rede - e as experiências variam amplamente. **A baixa compreensão dos marcadores sociais de exclusão dificulta a criação de políticas inclusivas. Além disso, qualificar cada vez mais os dados dos trabalhadores informais por região é essencial para entender as nuances e necessidades específicas.**

Por fim, quando conhecemos os diferentes tipos de trabalhadores informais – desde os que buscam subsistência até aqueles que atuam em mercados de transição, com forte potencial produtivo – notamos que todos eles enfrentam desafios distintos. Políticas de formação didática e acessível são fundamentais para promover mudanças significativas e nivelar o acesso aos mercados para cada um deles.

b. Governança

Em termos de governança, os participantes do Lab também identificaram desafios significativos, intrinsecamente ligados e com fortes implicações no problema analisado. Em resumo, **a falta de uma governança que reflita a diversidade social é um dos principais obstáculos.**

Decisões tomadas por grupos homogêneos podem negligenciar as necessidades de minorias e comunidades marginalizadas. Além disso, **a simplificação de processos burocráticos é essencial para facilitar a formalização de negócios e o acesso a benefícios.**

A transformação da metodologia de aceleração de negócios sociais em políticas públicas é um desafio complexo. Como incorporar práticas eficazes de aceleração em políticas governamentais? Isso requer adaptação e alinhamento com objetivos de desenvolvimento econômico e social.

A criação de políticas de fomento ao empreendedorismo, gestão de negócios

e estratégias de inovação no mercado é fundamental. Essas políticas devem ser baseadas em evidências e desenvolvidas em colaboração com o setor privado. Ao mesmo tempo, é crucial modernizar os instrumentos das políticas de desenvolvimento econômico para enfrentar os desafios atuais.

O alinhamento entre governo e setor privado é um fator determinante para criar um ambiente favorável aos negócios e à geração de empregos. No entanto, a falta de diálogo com os trabalhadores pode levar a políticas inadequadas e desconectadas das necessidades reais da força de trabalho. A integração entre instâncias Federal, Estadual e Municipal é essencial para uma abordagem abrangente e eficaz. A coordenação entre essas esferas permite uma resposta mais eficiente aos desafios enfrentados.

Por fim, é fundamental fortalecer a colaboração entre o 3º setor e o Poder Público. Essa conexão pode promover mudanças positivas e abordar questões como a desarticulação institucional.



c. Capacidade técnica

Em termos de capacidade técnica, **o grupo sinalizou que a necessidade de fortalecimento do ensino técnico é um elemento crucial para preparar os indivíduos com habilidades específicas e práticas para o cenário apresentado. No entanto, a baixa escolaridade da população dificulta o acesso a essa formação, do ponto de vista preparatório.**

A inclusão digital é um outro pré-requisito para a participação efetiva dos trabalhadores informais (e mesmo dos formais) na economia moderna. Sem acesso à internet e habilidades digitais, muitos trabalhadores ficam à margem das oportunidades.

O acesso ao bom conteúdo de formação, portanto, e que já foi desenvolvido é essencial para capacitar os trabalhadores e urgentemente atender àqueles que necessitam. Isso inclui cursos, tutoriais e materiais educativos relevantes para o mercado de trabalho e que já estão disponíveis para uso (apenas carecem de uma maior divulgação). Uma capacitação voltada para os empregos do futuro, por exemplo, especialmente nas escolas, deverá abordar as mudanças tecnológicas e as habilidades necessárias para enfrentar os desafios emergentes, considerando a soma das necessidades urgentes do hoje e do futuro.

Em termos de eficiência, o grupo infere que a baixa produtividade dos trabalhadores muitas vezes está justamente relacionada à falta de formação direcionada ao mercado de trabalho. Investir em treinamento específico e infraestrutura básica - como saúde, educação e internet - pode melhorar esta eficiência, afetando diretamente a capacidade técnica. Em termos práticos, sem esses pilares, o desenvolvimento profissional é enormemente comprometido.

A carência de formação e habilidades de gestão financeira também é um obstáculo. Os trabalhadores precisam entender como gerenciar suas finanças e investir em si mesmos. **A falta de informação, incluindo conhecimento sobre impostos, direitos e deveres, prejudica a tomada de decisões e impacta diretamente a capacidade técnica dos trabalhadores em ações de autodesenvolvimento.**

A reciclagem técnica com capacitação profissional, por fim, é um elemento essencial para acompanhar as mudanças no mercado. A atualização constante é fundamental para manter a relevância e a competitividade: aqueles que não tem condições de alçar esta atualização autonomamente, seja por falta de recursos, seja por sua condição de vulnerabilidade, devem ser assistidos para tal.

d. Sustentabilidade

O Lab reuniu também debates que suscitaram questões relacionadas à sustentabilidade. Neste sentido, um olhar 360° que reconheça questões de emprego, gênero, classe social e raça é extremamente necessário. Essa abordagem deve reconhecer que a falta de inclusão e representatividade pode perpetuar desigualdades no mercado de trabalho, resultando em menos oportunidades para grupos marginalizados.

Despertar a consciência coletiva é fundamental. Sem conhecimento sobre os desafios enfrentados, menos ações efetivas são tomadas para abordá-los. Portanto, sensibilização é essencial para promover mudanças. Políticas distintas para públicos diversos são necessárias: diferenças nas necessidades e contextos exigem abordagens personalizadas. Isso resulta em maior equidade e eficácia das políticas.

A falta de apoio no cuidado com famílias afeta a produtividade e o bem-estar. **A ausência de políticas de licença parental e creches acessíveis resulta em menos mulheres no mercado de trabalho e menor qualidade de vida.** A divulgação e sensibilização insuficientes do tema sustentabilidade levam a baixa adesão a práticas sustentáveis. Comunicação eficaz é crucial para promover mudanças.

Os baixos índices sociais da população dificultam a adoção de práticas ambientais. A pobreza e a exclusão impactam negativamente o meio ambiente sendo o monitoramento de ações de ESG (Ambiental, Social e Governança) elemento essencial para avaliar o progresso. A falta de métricas claras resulta em incerteza sobre o impacto real das ações.

Aumentar a produtividade de forma sustentável é crucial para o desenvolvimento. Ineficiências e falta de inovação limitam o crescimento econômico. Incluir métricas de upskilling e reskilling nos relatórios de sustentabilidade é fundamental. Focar nas habilidades e inclusão leva a um desenvolvimento mais equitativo.

A exclusão histórica de populações jovens, mulheres, negros e negras perpetua desigualdades. Preconceitos arraigados resultam em disparidades persistentes. Por fim, **o cuidado não remunerado, principalmente das mulheres, impacta a economia. Normas sociais e falta de políticas contribuem para a desigualdade de gênero e menor crescimento econômico.**



e. Recursos financeiros e elementos aceleradores

Com relação à questão dos recursos financeiros e elementos aceleradores, o Lab identificou que o direcionamento inadequado dos recursos do setor público (ISP) pode perpetuar desigualdades. É fundamental garantir que esses recursos atendam às necessidades reais da população. Além disso, muitos empreendedores enfrentam barreiras para obter crédito, limitando seu crescimento e inovação. Soluções inclusivas são necessárias para facilitar o acesso a financiamento.

A burocracia e os custos associados à formalização de negócios dificultam a entrada no mercado formal. Simplificar processos é crucial. Além disso, para pessoas em situação de vulnerabilidade, qualquer erro pode ter consequências devastadoras. É necessário oferecer suporte e oportunidades sem penalização excessiva.

Setores econômicos devem se autorregular, estabelecendo metas claras para inclusão financeira e social. Isso impulsiona a equidade. No entanto, empreendimentos informais muitas vezes enfrentam dificuldades em gerar capital suficiente para investir e crescer. Debatedores do lab recomendam estratégias para aumentar a capacidade de geração de caixa são cruciais.

Do ponto de vista dos impactos negativos, é sempre importante lembrar que a má gestão dos recursos públicos prejudica a eficácia das políticas. Transparência e responsabilidade são fundamentais. Além disso, a falta de investimento adequado limita o desenvolvimento econômico e a criação de empregos.

O Lab também discutiu acerca dos elementos aceleradores, considerando que **investir em capacitação é essencial para preparar os trabalhadores para as demandas do mercado. Parcerias com especialistas e instituições acadêmicas podem aprimorar a formulação e implementação de políticas eficazes.** A sinergia entre faculdades, empresas e ONGs impulsiona a inovação, a pesquisa e a inclusão.

A conectividade é fundamental para a participação no mercado digital e para o desenvolvimento de habilidades. Antecipar as necessidades do mercado e investir em setores promissores é estratégico. A colaboração entre governo e empresas por meio de Parcerias Público-Privadas pode gerar soluções mais eficazes e escaláveis. Por fim, facilitar o acesso à educação superior é também um relevante fator acelerador para o desenvolvimento econômico e social, além de um redutor de desigualdades.

f. Políticas e programas, redes e agendas internacionais

No contexto das políticas e programas, redes e agendas internacionais, a partir do *Lab* surgiram várias questões. São elas, começando pelas Políticas e Programas:

- A nova taxonomia de investimentos sustentáveis, que visa direcionar recursos para projetos alinhados com metas ambientais e sociais;
- A estratégia nacional de empreendedorismo feminino, que busca empoderar mulheres no mercado;
- O plano de desenvolvimento de trabalho para jovens negros e pobres visa reduzir desigualdades;
- O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) impulsiona infraestrutura e empregos;
- O plano de transição ecológica visa uma economia mais verde;
- A política/plano nacional de bioeconomia e sociobioeconomia explora recursos sustentáveis;
- A política nacional intersetorial com recursos próprios visa inclusão econômica;
- A estratégia nacional para economia de impacto promove negócios com propósito;
- Mil Mulheres e o programa Acredita oferecem crédito acessível a pequenos empreendedores.

Em termos de redes e seu potencial para a criação de soluções para o problema observado, o *Lab* identificou:

- Juventudes Potentes conectam jovens talentos e oportunidades;
- Ecossistemas de negócios para o empreendedor informal fortalecem redes locais;
- O Laboratório de Inclusão Produtiva para as Juventudes (LINC) capacita e apoia jovens empreendedores.

Por fim, quanto às Agendas Internacionais, o Pacto pela Inclusão Produtiva da Juventude transcende fronteiras, buscando soluções globais e a luta pela redução da pobreza é uma prioridade universal, amplamente adotada pelos países em interlocução junto à ONU e outras entidades plurinacionais.

g. Momento

No cenário global, o Lab indica que o momento é o de “diversas economias” emergindo como promissoras, cada uma com seu papel na construção de um mundo mais resiliente e equitativo:

Economia Verde: A busca por práticas sustentáveis impulsiona a economia verde. Investimentos em energias renováveis, conservação ambiental e tecnologias limpas são essenciais.

Economia de Cuidados: Reconhecendo o valor do trabalho de cuidado não remunerado, essa economia prioriza serviços de saúde, educação e assistência social.

Economia Digital: A transformação digital impulsiona inovação, conectividade e eficiência. Tecnologias como inteligência artificial, blockchain e IoT moldam essa economia.

Economia Criativa: Arte, cultura, design e entretenimento são motores dessa economia. Criatividade e expressão geram empregos e enriquecem a sociedade.

Economia Prateada: Com o envelhecimento da população, essa economia foca nas necessidades e oportunidades dos idosos. Saúde, lazer e inclusão são pilares.

Além disso, conferências como a COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) e a UNFCCC em Belém (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) reúnem líderes para discutir ações climáticas e sustentabilidade.

Enquanto enfrentamos o último bônus demográfico, devemos aproveitar essa janela de oportunidade para investir em educação, saúde e empregos para os jovens.



OPORTUNIDADES E PROPOSTAS

Soluções

No Lab, onde as mentes comprometidas debateram os principais elementos do mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal, emergiram soluções multifacetadas. Identificar setores promissores para empregabilidade e empreendedorismo é crucial e o início de uma abordagem diagnóstica séria e resolutive acerca do tema. Agricultura sustentável, tecnologia limpa e economia criativa são alguns exemplos. Capacitar profissionais para disseminar informações relevantes é fundamental. Isso inclui orientação sobre oportunidades, políticas públicas e recursos disponíveis.

Criar um ambiente que permita aprendizado por meio de erros é essencial. Isso incentiva a experimentação e aprimora resultados. Investir em empregos verdes, relacionados à sustentabilidade e conservação ambiental, impulsiona a economia e protege o planeta.

Capacitação, acesso a mercados, crédito, inovação e monitoramento devem ser integrados em uma jornada contínua para o sucesso. Prever necessidades futuras e criar ambientes favoráveis para o setor privado e organizações sem fins lucrativos é estratégico.

Políticas públicas devem ser alinhadas com metas claras e prioridades bem definidas. Fundos de capital privado de risco flexível podem impulsionar investimentos em negócios promissores. Orientar estudantes desde a graduação até o mercado de trabalho é fundamental.

Conectar mais pessoas à internet de alta velocidade abre oportunidades e facilita o aprendizado. As instituições de ensino podem ser centros de inovação e inclusão. “Pilotos” que unam assistência social e desenvolvimento econômico podem gerar resultados mais eficazes.

Adaptar políticas às necessidades locais é essencial. Garantir um mínimo de subsistência é um passo importante. Relatórios empresariais devem refletir indicadores de inclusão e desenvolvimento de habilidades. A colaboração entre gerações fortalecerá sempre o ecossistema empreendedor. Em resumo, essas soluções formam uma rede interconectada, impulsionando um mercado de trabalho mais inclusivo, resiliente e sustentável.

Após todas as contribuições e encaminhamentos do encontro, foram os 5 (cinco) tópicos formulados pelo ODS Lab, a serem debatidos no Festival ODS no âmbito do tema Mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal:

1. Fortalecimento da Capacitação Técnica e Profissional:

Investir em programas de educação técnica e profissionalizante que estejam alinhados com as demandas do mercado de trabalho moderno. Isso inclui a implementação de escolas técnicas profissionalizantes, educação cidadã antes do ensino técnico, e programas de capacitação para empregos do futuro, especialmente em áreas tecnológicas e de inovação.

2. Incentivo ao Empreendedorismo Formal:

Criar programas e incentivos para facilitar a formalização de negócios, incluindo acesso a financiamento, suporte técnico e consultoria para startups e pequenas empresas. Programas como o Microempreendedor Individual (MEI) no Brasil exemplificam iniciativas que ajudam na formalização e fornecem benefícios previdenciários e acesso a crédito.

3. Promoção da Inclusão Digital e Financeira:

Implementar programas que aumentem o acesso à tecnologia digital e serviços financeiros nas comunidades locais. Isso pode incluir a expansão do acesso à internet de alta velocidade, a disponibilização de serviços bancários móveis e o oferecimento de treinamento em alfabetização digital e financeira. Essas ações capacitam trabalhadores informais e empreendedores a aproveitar as oportunidades da economia digital.

4. Facilitação da Transição para o Emprego Formal:

Desenvolver políticas e programas que incentivem a contratação de trabalhadores informais por empresas formais, bem como oferecer programas de capacitação e reciclagem para ajudar trabalhadores informais a adquirirem habilidades necessárias para empregos formais. Exemplos incluem programas de incentivos fiscais para empresas que contratem trabalhadores informais e parcerias com instituições de ensino para formação contínua.

5. Desenvolvimento de Clusters de Empreendedorismo:

Identificar setores com potencial de crescimento e desenvolver clusters de empreendedorismo ao seu redor. Esses clusters podem envolver a criação de ecossistemas de inovação que reúnam empreendedores, investidores, instituições de pesquisa e governo para impulsionar a inovação, colaboração e crescimento econômico local. Exemplos de sucesso incluem programas de aceleração de startups e redes de incubadoras.

Essas foram as soluções indicadas para o tema Mercado de trabalho, empreendedorismo e trabalho informal. Veja também os papers dos outros temas debatidos pelo SolutionLabs. (Incluir miniatura dos ebooks com link clicável)

Os painéis do 4º Festival ODS já estão disponíveis no nosso [canal do Youtube](#). Quer saber mais sobre ODS e políticas públicas? Acesse www.odslab.org.br e confira todas as nossas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (org.). Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BATISTA, Cristiane Henrique; COSTA, Simone Teles da Silva; AMORIM, Dênia Aparecida de. O crescimento do empreendedorismo motivado pela pandemia Covid-19. In: GETEC, v. 14, p.77-94. 2024.

BORTOLON, Eugênio. Como a terceirização e a uberização precarizam as condições de vida dos trabalhadores. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/07/24/como-a-terceirizacao-e-a-uberizacao-precarizam-as-condicoes-de-vida-dos-trabalhadores#:~:text=O%20conceito%20de%20uberiza%C3%A7%C3%A3o%20do,por%20dia%2C%20sem%20nenhuma%20regalia>>. Acesso em: 06 Mai. 2024.

CORSEUIL, Carlos Henrique L.; NERI, Marcelo Côrtes; ULYSSEA, Gabriel. Uma análise exploratória dos efeitos da política de formalização dos microempreendedores individuais. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

CORTES, Adriana. Como funcionam as leis trabalhistas no Canadá?. 2023. Disponível em: <<https://www.remessaonline.com.br/blog/como-funcionam-as-leis-trabalhistas-no-canada/>>. Acesso em: 10 Mai. 2024.

COSTA, Márcia da Silva. Relações de trabalho e regimes de emprego no Canadá e no Brasil – um estudo comparativo. In: RAE-eletrônica, v. 6, n. 2, Art. 16, jul./dez. 2007.

DESENROLA. O Programa Desenrola Brasil possibilita a renegociação de dívidas dos brasileiros e beneficia a população que está com o nome negativado. 2024. Disponível em: <<https://desenrola.gov.br/novahome>>. Acesso em: 10 Mai. 2024.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil. 2019. Disponível em: <<http://ibgp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>> Acesso em: 05 Mai. 2024.

KUHLMAN, Lila. O mercado de trabalho canadense. 2022. <<https://canadaletsgo.blog/mercado-de-trabalho-canadense/>>. Acesso em: 10 Mai. 2024.

LEITE, Márcia de Paula. A organização do trabalho e da produção: Reflexões sobre o futuro do mundo do trabalho. In: Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites. OIT - Organização Internacional do Trabalho. 2018. ISBN: 978-92-2-830943-0. Disponível em: <https://webapps.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/_document_s/publication/wcms_626908.pdf>. Acesso em: 05 Mai. 2024.

LIMA, Décio. Lei que criou Microempreendedor Individual (MEI) completa 15 anos. Por que ela segue importante. Disponível em: <<https://exame.com/negocios/lei-que-criou-microempreendedor-individual-mei-completa-15-anos-por-que-ela-segue-importante/>>. 2023. Acesso em: 10 Mai. 2024.

LUCENA, André. Desemprego ainda atinge 8,6 milhões de pessoas no Brasil, aponta IBGE. Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/desemprego-ainda-atinge-86-milhoes-de-pessoas-no-brasil-aponta-ibge/>>. Acesso em 05 Mai. 2024.

LUDOVIQUE, Camila; SCHAEFFER, Roberto; SZKILO, Alexandre. Como a informalidade afeta o PIB e o nosso futuro? In: Nexo Políticas Públicas. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opiniao/2021/como-a-informalidade-afeta-o-pib-e-o-nosso-futuro>>. Acesso em 01 Mai. 2024.

MANDA, Wilma Fátima Cláudio. As startups, Empreendedorismo e criação de empregos em Portugal, no período de 2007-2017. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Gestão Financeira. ISG Business School (Instituto Superior de Gestão). Orient. Prof. Doutor Miguel Varela. Lisboa, 2020. combate-a-informalidade-1>. Acesso em 02 Mai. 2024.

MARINS, Cristina Teixeira. Plataformas de redes sociais e trabalho doméstico remunerado no Brasil: transformações e implicações políticas. In: Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 30, n. 68, e680402, jan./abr. 2024.

MARTINS, Rafael. Desemprego sobe a 7,9% no trimestre terminado em março, diz IBGE. G1 Economia - Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/04/30/desemprego-sobe-a-79percent-no-trimestre-terminado-em-marco-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em 02 Mai. 2024.

MENEZES, Vitor Matheus Oliveira. A História do Seguro-Desemprego no Brasil: Regras, Dinâmicas do Mercado de Trabalho e Proteção Social. In: Dados, Rio de Janeiro Vol.67 N.2 Ano 2024: e20210242.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. Combate à Informalidade (site institucional). Atualizado em 26 mar 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/fiscalizacao/combate-a-informalidade-1>>. Acesso em 02 Mai. 2024.

OIT. Women and men in the informal economy: a statistical picture (third edition). International Labour Office – Geneva: ILO, 2018.

OIT a, Organização Internacional do Trabalho. Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos Tripartites. 2018. ISBN: 978-92-2-830943-0. Disponível em: <https://webapps.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_626908.pdf>. Acesso em: 05 Mai. 2024.

OIT b, Organização Internacional do Trabalho. Trabalhar para um futuro melhor - Resumo Executivo. 2019. Disponível em: <https://webapps.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgre_ports/---cabinet/documents/publication/wcms_665938.pdf>. Acesso em: 05 Mai. 2024.

OLIVEIRA, Alanna Santos de; OLIVEIRA, Welber Tomás de; BRÁS, Douglas Dias. Transformações no mercado de trabalho brasileiro durante os anos 2010: o avanço da informalidade na estrutura ocupacional. In: Economia Ensaios, Uberlândia, 39 (n.esp.): 241-275, Abr. 2024 ISSN impresso: 0102-2482 / ISSN online: 1983-1994. DOI: <https://doi.org/10.14393/REE-v39nesp.abrila2024-73377>. Instituto de Economia e Relações Internacionais – Universidade Federal de Uberlândia.

RANGEL, Felipe. Gestão empresarial, trabalho e um mercado urbano em disputa. In: Cad. Metrop., São Paulo, v. 25, n. 58, pp. 1073-1093, set/dez 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5813>>. Acesso em 01 Mai. 2024.

RNI, Rede Nacional de Incubadoras. Uma rede de recursos para start-ups inovadoras, de base científica ou tecnológica. Disponível em: <<https://www.study-research.pt/pt/investigar/ii-em-portugal/rede-nacional-de-incubadoras/#:~:text=Rede%20Nacional%20de%20Incubadoras,fablabs%20e%20coworks%20em%20Portugal.>>. Acesso em: 10 Mai. 2024.

SANTOS, Eduardo Abramowicz. Moradia, trabalho e migração: uma ocupação sob ameaça de remoção. In: Cad. Metrop., São Paulo, v. 26, n. 59, pp. 169-189, jan/abr 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5908>>. Acesso em 01 Mai. 2024.

TAVARES, Mateus Rodrigues Gonçalves; COSTA, Lorena Vieira; ALMEIDA, Ana Cecília de. Uma análise sobre as desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho durante a pandemia de COVID-19. In: Estud. Econ., São Paulo, vol.53 n.4, p.691-725, out.-dez. 2023.

TEIXEIRA, Aurora Libânia da Costa. Aceleradores de comercialização de tecnologias em Portugal. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Economia e Gestão da Inovação pela Faculdade de Economia do Porto. Orient. Professor Doutor Manuel António Fernandes da Graça. Setembro, 2016.

VAHDAT, V. S.; BENATTI, G. S. S.; CHIQUETTO, J. B.; MELLO, G. S. L.; FERREIRA, C. N.; FELÍCIO, A. S. G.; SILVA, T. A. G.; CONCEIÇÃO, A. S. P.; DIAS, F.; CAMPOS, J. N.; ESPINDULA, B. F.; SUANO, B.; BOEIRA, L. S. Inclusão Produtiva e Transição para a Sustentabilidade: oportunidades para o Brasil. São Paulo: Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Golden Tree, Instituto Itaúsa, Instituto Cíclica, Instituto Veredas. 2024.

Realização:



PREFEITURA
DE NITERÓI

Patrocínio:



Fundação Grupo
Volkswagen